

Por Antonio Penteado Mendonça

É fato que uma grande parte da sociedade brasileira não conhece o instituto do seguro. Milhões de pessoas nunca ouviram falar de uma apólice, outros milhões conhecem pela televisão e ainda outros milhões nunca contrataram um seguro, nem mesmo o mais simples.

Quem sabe o ponto mais próximo que estas pessoas tenham atingido quanto à familiaridade com seguro seja as indenizações do DPVAT – o seguro obrigatório de veículos, que é usado para minimizar a dor causada por 700 mil vítimas anuais de acidentes de trânsito, apenas entre mortos e permanentemente inválidos.

Mesmo assim, para muitos dos beneficiados pelas indenizações, o seguro é algo misterioso, que, por isso mesmo, se presta a golpes, que desviam parte substancial da indenização para os atravessadores do processo de liquidação do sinistro.

A melhor forma de se aferir a falta de proximidade do brasileiro com o instituto do seguro é uma rápida estatística para apurar a quantidade de vezes que magistrados determinam que as seguradoras paguem o prêmio do seguro para o segurado.

Quando nem os juízes encarregados das ações envolvendo relações de seguros sabem que quem paga o prêmio é o segurado e que a seguradora paga a indenização, fica claro que a sociedade tem muito pouca familiaridade com o assunto.

Mas não é apenas o Judiciário que conhece mal o setor. O Governo Federal conhece menos ainda, incluídas várias autoridades encarregadas da economia nacional. O resultado disso é que o setor de seguros é invariavelmente marginalizado na tomada de decisões, ainda que tendo reservas de mais de 700 bilhões de reais que, justamente pelo desconhecimento, acabam sendo subutilizadas na elaboração e consecução das políticas de desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida.

Se não fosse por mais nada, a simples possibilidade da transferência da obrigação do pagamento de um número imenso de perdas da sociedade para as seguradoras já seria suficiente para fazer com que este negócio merecesse uma atenção mais criteriosa por parte das autoridades.

Vale lembrar que as catástrofes naturais, no primeiro semestre, causaram 70 bilhões de dólares em prejuízos ao redor do mundo. Deste total, 27 bilhões de dólares foram assumidos pelas seguradoras. O dado triste é que a imensa maioria das indenizações foi paga para segurados de países ricos. E entre eles não está o Brasil.

É por isso que a decisão estratégica do setor de seguros brasileiro, de se aproximar da sociedade com uma postura proativa, deve ser vista como um passo fundamental para mudar um quadro onde, até hoje, os danos sofridos pela região serrana do Rio de Janeiro não foram indenizados.

Para isso não basta investir em campanhas de publicidade. É necessário que os princípios basilares do seguro sejam disseminados nas escolas, a partir do curso fundamental. Afinal, a base do seguro não é diferente dos principais pilares da vida em sociedade, compreendendo conceitos como proteção mútua, solidariedade, repartição de prejuízos, trabalho em equipe, compaixão, poupança, geração de riquezas, etc.

Incluir o ensino destes conceitos nas grades escolares é a melhor forma de se construir uma sociedade saudável, além, evidentemente, de melhorar em muito as condições de segurança social.

Neste sentido, afinados com as premissas elencadas pela Confederação das Seguradoras - CNSEG e

pela Federação dos Corretores de Sseguros - FENACOR, os Sindicatos Estaduais dos Corretores de Seguros e das Seguradoras de São Paulo estão em vias de assinar um convênio com a Secretaria Estadual da Educação para a introdução destas matérias na grade oficial.

No mesmo sentido, a CNSEG começa a promover seminários focados em educação em seguros, enquanto a Funenseg – Escola Nacional de Seguros adequa sua grade de programas de ensino e treinamento para intensificar a difusão dos princípios básicos da atividade. Estas ações não surtirão efeito da noite para o dia, mas, no médio prazo, o Brasil tem muito a ganhar com elas.

Fonte: O Estado de S. Paulo, em 31.10.2016.